

Exame julgará capacidade de diplomados

O presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CRM), Heitor Buzzoni, reage ponderadamente às críticas dirigidas ao trabalho médico pelo ministro da Saúde, Alceni Guerra. "Ele está vendendo a árvore e não a floresta", argumenta. Buzzoni está seguro de que o médico é a primeira vítima de um sistema de saúde falido.

A seu ver, o médico é o primeiro alvo de distorções que começam no fato "essencial" de que o Brasil, proporcionalmente, investe menos em saúde do que a empobrecida Nicarágua. Buzzoni não discorda das críticas do ministro a médicos que não cumprem seus deveres trabalhistas. "Ninguém defende o indefensável", diz.

O presidente do CRM insiste, contudo, na necessidade de eficiência na gerência do sistema de saúde brasileiro. Uma inspeção do próprio CRM constatou um misto de incompetência administrativa e corrupção. Não é muito diferente a opinião do presidente da Associação Paulista de Medicina (APM), o hematologista Celso Guerra, sobre o setor médico. A crise só será contornada, a seu ver, se o atendimento médico voltar ao consultório, "onde o relacionamento médico-paciente, se existirem recursos técnicos, é o mais eficiente".

As fraudes verificadas no Inamps detonaram o caos atual, valiam os dois médicos. "O paciente perdeu também a emergência", enfatiza Guerra, do APM, "a vez que a rede hospitalar pública é insuficiente e os estabelecimentos privados desativaram leitos destinados à Previdência. Na sua opinião, esta realidade desmantelou o dilema estabilização versus privatização em que se dividiu o médico e apressou a retomada do conceito segundo o qual "a parte básica da Medicina é a qualidade".

Por considerar este ponto prioritário, a APM criou uma comissão para definir "padrões de qualidade" no exercício da Medicina. "Por exemplo, os critérios que justificam uma cesariana", explica Celso Guerra. O que se procura é um "sistema de auditoria" que possibilite encontrar distorções éticas no procedimento médico.

A origem da atual crise, segundo Buzzoni, está também na abertura indiscriminada de escolas médicas nos primeiros anos da década de 70. "Foram abertas, mas nunca vigiadas", diz. A maior resistência à avaliação do ensino médico, de acordo com o CRM e a APM, parte do Conselho Federal de Medicina, que considera qualquer exame uma "punição ao aluno". O presidente da APM discorda, ainda, da oposição do Conselho Federal à proposta de que o "título de especialista não seja definitivo, mas reavaliado a cada cinco anos".